

ASSUNTO	Renúncia Fiscal e a Função Social dos Impostos
ETAPA DE ENSINO: Ensino Médio 2º e 3º Ano	Habilidade prevista no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (MS.EM13MAT2.n.02) Compreender o que são tributos e impostos, bem como sua utilização na manutenção de serviços públicos e analisar os efeitos da corrupção, no cotidiano do cidadão que cumpre com seus deveres fiscais, para conscientizar sobre a importância da não sonegação fiscal e da valorização do patrimônio público. (MS.EM13LP126) Relacionar textos e documentos legais e normativos de âmbito universal, nacional, local ou escolar que envolvam a definição de direitos e deveres - em especial, os voltados a adolescentes e jovens - aos seus contextos de produção, identificando ou inferindo possíveis motivações e finalidades, como forma de ampliar a compreensão desses direitos e deveres.
Componente Curricular/Disciplina:	Matemática Língua portuguesa

Renúncia Fiscal - ato em que o gestor público concede incentivos ou benefícios como isenção, anistia, remissão e outras concessões permitidas legislativamente que promovem a redução do montante pelo contribuinte.

Artigo 198 da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966.

IV - Incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica. (Incluído pela Lei Complementar nº 187, de 2021 que defini não ser mais vedada a divulgação de informações relativas à renúncia ou ao benefício e à imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoas jurídica.

A renúncia fiscal pode ser feita de formas diferentes:

- Incentivos fiscais;
- Isenções; e
- Imunidade.

Estes valores podem ser encaminhados para fundos ou organizações não governamentais que trabalhem com causas sociais. Texto de apoio:

<https://www.suno.com.br/artigos/renuncia-fiscal/>

- **Os incentivos fiscais** ocorrem quando o Estado abre mão de uma porcentagem de um determinado tributo. O intuito desta abdicação é incitar o exercício de atividades específicas. Entra neste quesito a destinação de parte do imposto de renda, tanto da pessoa física quanto da jurídica. Estes valores podem ser encaminhados para fundos ou organizações não governamentais que trabalhem com causas sociais. Estas podem ser a Lei do Audiovisual, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundo da Infância e Adolescência – FIA, Fundo Nacional do Idoso ou mesmo a Lei Rouanet.

- **As isenções fiscais**, por sua vez, ocorrem quando o governo abre mão da cobrança de um determinado imposto para um público específico, Esta dispensa do pagamento de tributos beneficia as entidades do terceiro setor, ou seja, sem fins lucrativos, como exemplo as instituições filantrópicas. Entende-se, então, por renúncia, todas as formas de benefícios concedidos a contribuintes potenciais que representem perda de arrecadação para o Estado.
- **Imunidade fiscal** é composta pela não-incidência da cobrança de determinados impostos. Este benefício é previsto na constituição e, por isso, é fixa e não sazonal. É neste caso que se enquadram as igrejas, por exemplo.

1-Estudando o texto acima sobre renúncia fiscal podemos destacar três diferentes formas que este benefício pode ocorrer, quais são elas?

2-O tipo de renúncia fiscal chamada de **incentivo fiscal** é um benefício concedido pelo poder público para algumas empresas ou instituições e tem por finalidade:

- a.() estimular o surgimento de novos negócios, atrair empresas para determinados territórios e movimentar alguns setores do mercado. O poder público pode oferecer reduções de impostos ou créditos tributários, por exemplo, a empresa ao invés de pagar tributo investe em cultura;
- b.() não há incidência de cobrança de impostos tendo uma proteção constitucional conferida a alguns, aplica-se por exemplo a sindicais;
- c.() é a dispensa de impostos com regras definidas para concessão do benefício para instituições definidas e com critérios. Pode ser desconto no IPTU por exemplo;
- d.() de perdoar dívidas nas empresas ou instituições que oferecem trabalhos filantrópicos;
- e.() este tipo de renúncia só é dado a empresas/instituições após a verificação da incidência de lucro em dinheiro apresentados por elas.

3. Quanto a renúncia fiscal ou o benefício de não se contribuir com algum imposto pesquise e produza um texto sobre a importância para o país de se adotar o benefício da renúncia fiscal em sua política.

Produção do texto

4- Analise o fragmento do texto abaixo de (*Dimas Ramalho é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

O dever do Estado de promover políticas públicas, disponibilizar serviços aos cidadãos e garantir direitos existenciais mínimos pressupõe a busca por fontes de custeio, sendo a principal delas a arrecadação tributária.

Esse poder de exigir dinheiro dos contribuintes é controlado por normas e regras específicas no intuito de afastar eventual abuso dos governantes. Chamo a atenção para o princípio da legalidade. Ou seja, qualquer imposição de tributos requer a aprovação prévia do Poder Legislativo, com antecedência razoável, dentre outros requisitos que atuam para limitar o impulso arrecadatário estatal. Assim funciona o regime de direito público. Nada pode ser feito se não estiver previsto no ordenamento jurídico.

Depois de as regras serem estabelecidas em lei, de forma abstrata, cabe ao fisco ir atrás dos impostos, taxas e contribuições, obrigatoriamente, sendo proibido, por óbvio, deixar de cobrar de um ou de outro por decisão arbitrária. Primeiro, porque a receita pertence a toda sociedade que integra o ente federativo. E, segundo, por uma questão de isonomia.

Mas a lei - sempre ela - abre a possibilidade de o Estado abdicar de parte da arrecadação. Existem, assim, os chamados incentivos fiscais, as isenções, desonerações tributárias, dentre outros institutos que importam em renúncia de receitas e podem ser criados, justamente, para estimular a economia, fomentar setores e preservar empregos. Observadas as condicionantes legais, em especial os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art.14), a concessão ou ampliação da renúncia é lícita e serve como relevante ferramenta de governo.

I- O Estado oferece serviços públicos custeados pelos próprios cidadãos em sua maioria pela arrecadação tributária.

II- Existem regras específicas para se estabelecer impostos para evitar que haja desmandos dos governantes na utilização dos recursos.

III- É proibido deixar de cobrar impostos de um ou de outro por decisão arbitrária, por que um governante quer, é preciso que os poderes aprovem ou não, passando pelas instâncias municipais, estaduais e federais.

IV- Os incentivos fiscais, as isenções e desonerações tributárias, são tipos de renúncia de receitas que podem ser criados para estimular a economia, fomentar setores e preservar empregos.

V- Nada pode ser feito se não estiver previsto no ordenamento jurídico, no entanto, se tiver emergência, como uma catástrofe climática como uma inundação por exemplo, em um determinado estado, o governador tem a autoridade de usar recursos disponíveis para educação e saúde para socorrer os desabrigados.

Marque a questão correta:

- a) V; V; V; V; F
- b) V; F; V; V; F
- c) V; V; V; F; V
- d) V; V; V; F; V
- e) F; V; V; F; V

5- Identifique no texto as finalidades dos incentivos fiscais, as isenções, desonerações tributárias dados como direito para algumas empresas:

Gabarito:

Questão 1:	Os incentivos fiscais; As isenções fiscais; Imunidade fiscal.
Questão 2:	Letra (a) correta
Questão 3:	Produção individual
Questão 4:	a) V; V; V; V; F
Questão 5:	R: É uma relevante ferramenta de governo para estimular a economia, fomentar setores e preservar e disponibilizar empregos.